



Saneamento rural e Gênero: Caracterização e Impactos da crise sanitária no cotidiano das mulheres do campo

GARCIA, Letícia Alaniz¹; SILVEIRA, Laís Fraga²

CAAE: 29662719.5.0000.5404

Palavras Chave: Saneamento rural, crise sanitária, gênero.

O atual cenário do Saneamento Rural brasileiro mostra que 54,2% dos domicílios apresentam atendimento de esgotamento sanitário precário, 28,6% não têm atendimento e 35,4% estão em situação de déficit quanto ao abastecimento de água (FUNASA, 2017). Essa situação se mostrou ainda mais alarmante após o início da pandemia de COVID-19, durante a qual foi necessária a adoção de práticas de higiene constantes, sejam elas individuais ou dos ambientes, e de isolamento social, como formas de redução da disseminação da doença conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde (2020).

A partir disso, a presente pesquisa objetivou apontar o cenário sanitário do meio rural que a pandemia de COVID-19 encontra ao chegar no Brasil em fevereiro de 2020, caracterizando os atuais sistemas sanitários das agricultoras que compõem o Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, e quais são os aspectos cotidianos afetados por essa.

O Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, que surgiu em 2016, é formado por seis agricultoras que residem no Acampamento Elizabeth Teixeira e tem como objetivo organizar e escoar a produção de alimentos cultivados por elas. O Acampamento é uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) situado no município de Limeira, São Paulo, que existe há 13 anos e abriga em torno de 100 famílias.



Imagem 1: Logo do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira. Fonte: <https://www.instagram.com/p/CCT6dOdDsyT/>.

¹ Instituto de Biologia, UNICAMP e Educadora da ITCP/UNICAMP; iniciação científica financiada pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e parte integrante do Projeto CNPq "Conexões entre pesquisa e extensão: Reaplicação de tecnologia social na agricultura familiar e coleta e triagem de materiais recicláveis no contexto da Economia Solidária", chamada nº 36/2018 - Tecnologia Social.

² Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, UNICAMP e Coordenadora da ITCP/UNICAMP.

As agricultoras fornecem alimento para cerca de 120 famílias mensalmente na cidade, mesmo com as precárias condições de infraestrutura geradas por uma condição política e jurídica de instabilidade, a qual é gerada, por sua vez, pela não regularização da posse da terra (RODRIGUES, 2016). A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP/Unicamp) que, desde os primeiros anos de ocupação realiza projetos de extensão e ensino junto dos e das acampadas, atua desde 2018 em parceria com o grupo por meio da Extensão Universitária e da Educação Popular.

Foi a partir da atuação extensionista no território que esta pesquisa foi realizada e a partir do qual constatou-se, junto com as agricultoras, a urgência de lidar com a questão do saneamento no acampamento. Esta percepção por parte das mulheres não é algo localizado e ocorre, entre outros fatores, porque naturaliza-se a responsabilização das mulheres por atividades voltadas à reprodução da vida e que envolvem diretamente o uso da água, o descarte de resíduos e também o cuidado das crianças, dos idosos e dos doentes, entre outros (SILVA, 2017).

Estas atividades, mesmo centrais para a manutenção das famílias, são menos valorizadas do que aquelas consideradas produtivas, como consequência da hierarquização entre ambas produzida pela divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003). Desta forma, as vivências da crise sanitária são desiguais e afeta diferencialmente as mulheres e suas tarefas, o que justifica a necessidade de estudá-las e debatê-las a fim de dar visibilidade e destaque a elas, suas necessidades e saberes. Além disso, enquanto projeto de pesquisa e extensão, nos fornece ferramentas para debater esta realidade entre aqueles que a vivem e propor soluções tecnológicas que se construam a partir de preceitos diferentes.

A partir de metodologia de caráter exploratório e qualitativo, a coleta de dados foi realizada em 2 etapas. Na primeira etapa, analisou-se os dados obtidos em um questionário sobre o Saneamento rural realizado presencialmente com as seis agricultoras dentro do projeto de pesquisa e extensão que o estudo compõe. Na segunda etapa, realizou-se uma Entrevista Semi-Estruturada via ligação telefônica também com as agricultoras que objetivava apresentar os resultados do primeiro questionário e debater os impactos da pandemia sob o cenário obtido inicialmente.

A primeira etapa permitiu caracterizar os sistemas sanitários, conforme representado na imagem 2. Além disso, todas as agricultoras assinalaram a

necessidade de racionamento de água cotidiano, sendo que já passaram por períodos de até 15 dias sem água nos últimos 3 anos.



Imagem 2: Cenário Sanitário do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira. Infográfico produzido pela autora no aplicativo *Canvas* com imagens livres de direitos autorais.

Estes dados permitem localizar quatro fissuras neste cenário. A primeira fissura é referente à qualidade ambiental, já que a deposição inadequada do esgoto, sem revestimento ou barreira entre o solo e o efluente, compromete a qualidade do solo e das águas devido, principalmente, ao excesso de nitratos.

A segunda é quanto aos riscos à saúde, já que sistemas de esgotamento precários podem ser veiculadores de patógenos e a disponibilidade e a qualidade da água também atuam na promoção de saúde. A terceira refere-se a irresponsabilidade e marginalização gerada pelo poder público que não atende de forma adequada às famílias, ainda que o saneamento básico seja um direito reconhecido pela Constituição Federal e determinado pela Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº. 11.445/2007).

Por último e quarto, destaca-se a sobrecarga de trabalho doméstico, no qual as agricultoras realizam atividades que ocupam 3 a 5 horas de trabalho, em média, de forma não remunerada e que gera desgaste físico, como Lesão por Esforço Repetitivo e dores no corpo, conforme relatado no questionário.

Na segunda etapa, o confronto entre a caracterização relatada anteriormente e as novas configurações da rotina domiciliar após a Pandemia de COVID-19 possibilitou observar que o principal impacto foi a importante intensificação dos problemas que já haviam sido encontrados anteriormente.

Todas relataram passar mais tempo em casa – mesmo já passando boa parte do tempo em casa anteriormente dada a configuração da mobilidade em

territórios rurais – e as maiores mudanças foram na rotina das mulheres que têm filhos e/ou crianças sob sua responsabilidade, que passaram a ficar todos os períodos em casa devido ao fechamento das escolas.

Também relataram o aumento da quantidade de água usada no meio doméstico, uma vez que mais atividades eram feitas no âmbito do lar e por mais pessoas, o que gerou escassez de água - prejudicando tanto atividades essenciais cotidianas como produtivas. Além disso, o fornecimento de água pelo caminhão pipa oscilou, de forma que o abastecimento não ocorreu a cada 2 dias, como deveria ser feito.

As entrevistas trazem à tona duas fissuras novas ou, ao menos, não destacadas no primeiro momento deste trabalho. Primeiro, todas tiveram as condições subjetivas bastante afetadas por preocupações geradas pela instabilidade geral, pelos medos e cuidados requeridos pela doença e por conta do isolamento social, o que aponta a carga mental do trabalho que realizam (PIRES, 2020).

O segundo foi a demonstração que sem o planejamento e o racionamento realizado por essas mulheres, as famílias poderiam passar por períodos ainda maiores sem água em situações de crise como a atual. Devido ao trabalho que lhes é socialmente atribuído, estas constroem e apresentam uma bagagem de conhecimentos específicos que as condiciona a agir frente às adversidades - “têm sempre uma opinião, uma suspeita ou uma indicação em relação às várias situações de saúde-doença que lhes são próximas” (MANDU & SILVA, 200, p. 20).

Portanto, este conhecimento das mulheres evidencia as importantes contribuições que estas podem fazer no planejamento de projetos em seu território e na própria gestão da água e de saneamento nas esferas coletivas e privadas, além de apontar a necessidade de que estejam a frente nos processos decisórios já que isto afeta direta e cotidianamente suas vidas.

O envolvimento das mulheres não ocorre nas atuais políticas públicas de Saneamento cuja referência ao gênero e/ou às mulheres é escassa, como estudado por Silva (2017). Essa ausência, ao mesmo tempo que já é conhecida o papel das mulheres na gestão das águas nos territórios, pode ser considerada mais uma das facetas da violência de gênero - afinal são as mulheres de maneira específica que têm sua saúde colocada em risco, pelo esforço adicional que realizam para manter a produção e o acesso à água por suas famílias.

Por fim, é importante salientar que a pesquisa constitui uma aproximação de como se configura a questão para o Acampamento Elizabeth Teixeira, considerando as 100 famílias, e aponta para a potencialidade da pesquisa unida a extensão que é capaz de identificar situações-problema latentes no cotidiano das pessoas e que permite compreender mais a fundo o que gera e estrutura tais situações a fim de gerar ferramentas para alterá-las com a participação ativa das populações investigadas.

Ainda que o distanciamento social limitou as abordagens dentro das possibilidades de Pesquisa Participante - sob os quais essa pesquisa se apoia, esta conexão pela extensão, de caráter contínuo e dialógico, permite que seja possível manter os vínculos mesmo em situações de isolamento social e registrar um processo ainda em curso no país.

Referências Bibliográficas

1. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). **Panorama do Saneamento Rural no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/saneamento-rural/panorama-do-saneamento-rural-no-brasil/>>. Acesso em: 22 abril 2019.
2. KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: EMÍLIO, M. et al (orgs.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.
3. MANDU, E. N. T.; SILVA, G. B. da. **Recursos e estratégias em saúde: saberes e práticas de mulheres dos segmentos populares**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto , v. 8, n. 4, p. 15-21, ago. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692000000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acess. em 23 set. 2020.
4. Organização Mundial da Saúde (OMS). **Transmissão do SARS-CoV-2: implicações para as precauções de prevenção de infecção: scientific brief**. 09 Jul. 2020. World Health Organization. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/333114>. License: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.
5. PIRES, Roberto Rocha C. **Os Efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da Covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública**. Nota Técnica n. 33 (Diest) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2020. 15 f.
6. Rodrigues, Tessa Priscila Pavan de Paula. **Nóis é terrívi, se nóis fala que faz, nóis faz: o acampamento Elizabeth Teixeira em Limeira-SP e a construção da escola como espaço público de auto-organização e educação popular**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE, João Pessoa, 2016. 163f. : il.
7. SILVA, B. B. **As relações de gênero e o saneamento: um estudo de caso envolvendo três comunidades rurais brasileiras**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia. 2017. 192 f.